

Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2009/2012

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2012/06/29

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão da Junta de Freguesia de Chorense, realizou-se a terceira sessão ordinária de dois mil e doze da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da Atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de Setembro; -----**
- 2. Análise e votação de alteração ao Mapa de Pessoal; -----**
- 3. Análise e deliberação sobre Proposta de dispensa de autorização genérica prévia para despesas plurianuais inferiores a cem mil euros; -----**
- 4. Análise e deliberação sobre o Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Terras de Bouro; -----**
- 5. Análise e deliberação sobre o Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas do Município de Terras de Bouro; -----**
- 6. Análise e deliberação sobre o Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Afixação e Inscrição de Publicidade do Município de Terras de Bouro; -----**
- 7. Análise e deliberação sobre o Regulamento de Feiras do Município de Terras de Bouro; -----**
- 8. Análise e deliberação sobre o Regulamento da Instalação e Modificação dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, de Comércio de Bens, de Prestação de Serviços ou de Armazenamento do Município de Terras de Bouro; -----**
- 9. Análise e deliberação sobre o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação; -----**

Ricardo Homaral Ferraz Gonçalves

10. Análise e deliberação sobre o Regulamento Municipal da Venda Ambulante;
11. Análise e deliberação sobre o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Terras de Bouro; -----
12. Análise e deliberação sobre o Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Terras de Bouro;-----
13. Análise e deliberação sobre o Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Terras de Bouro; -----
14. Análise e deliberação sobre a Proposta de Alteração do Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Terras de Bouro; -----
15. Apreciação e discussão da nova Reforma Administrativa – Lei número vinte e dois de dois mil e doze. De trinta de maio (Novo regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica). -----

----- Na abertura da sessão, o senhor Dr. Ricardo Gonçalves, Presidente da Assembleia Municipal, em nome da Mesa da Assembleia, constituída por ele, pelo senhor Avelino José Antunes Soares, primeiro secretário, e pelo senhor Guilherme José Coelho Alves, segundo secretário, agradeceu a disponibilidade da Junta de Freguesia de Chorense para acolher esta sessão e a forma como preparou a sala. -----

----- Esteve presente nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e o senhor Vereador Dr. António Afonso. -----

----- Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e quatro, tendo-se verificado as faltas justificadas da senhora Deputada Lurdes Araújo, do senhor Deputado Vítor Mendes, do senhor Deputado Agostinho Dias Moura e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brufe. Foram substituídos, nos termos da Lei, respectivamente, pela senhora Deputada Severina Loureiro e pelo senhor Deputado Alberto Casimiro Gonçalves. O senhor Deputado Agostinho Moura não foi substituído e assumiu a representação de Brufe o senhor Secretário da Junta de Freguesia, senhor Domingos Gonçalves Neves. -----

----- Comprovada a existência de “Quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Avelino Soares, primeiro secretário, por dar

conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão deste órgão e tendo colocado a mesma à disposição dos presentes para consulta. -----

----- Ainda o senhor Avelino Soares, neste período, apresentou, em nome da Mesa, para consideração e inclusão na ordem de trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do pai do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, senhor João Gonçalves de Oliveira. Colocado de imediato à consideração dos presentes, o voto de pesar foi admitido na ordem de trabalhos, por unanimidade, passando a constar como décimo sexto ponto da mesma. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que não mereceu nenhuma intervenção ou reparo e foi assim, de imediato, sujeita a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra para referir e questionar o senhor Presidente do Município sobre a reprogramação do QREN e de como isso poderá influenciar as obras a realizar no concelho, assim como o destino das verbas que correspondem a este programa. Seria importante também, continuou, avaliar a filosofia a implementar pelas autarquias cumpridoras já que muitas vezes parecem ser penalizadas por cumprirem, ao contrário de outras que não cumprem. Neste momento, seria oportuno realizar um balanço de todos os investimentos no âmbito do QREN. De seguida, o senhor Dr. Ricardo Gonçalves abordou a polémica Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e a sua aplicação na gestão do Município. Se a Câmara Municipal de Terras de Bouro paga dentro dos prazos exigidos por esta nova lei, não tendo necessidade de recorrer aos financiamentos anunciados para as autarquias que não cumprem, então deveria ter algum benefício por isso, salientou o senhor Dr. Ricardo Gonçalves. Estas e outras questões serão, sublinhou, um dos pontos fortes do próximo congresso da ANMP, a vinte e nove de setembro, realçando o interesse do evento para a vida das autarquias e sublinhando ainda a importância das mudanças políticas na Europa e de como isso poderá influenciar o nosso país. -----

----- Inscreveram-se posteriormente para usar da palavra os seguintes Deputados Municipais: Alexandre Pereira, Filomena Araújo, António Cunha e António Príncipe (presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga). -----

----- Assim e pela ordem atrás referida, assumiu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira que começou por abordar a questão das dificuldades financeiras da autarquia e de como talvez tivesse sido melhor esta endividar-se mais para poder investir mais e não ser agora, talvez, prejudicada por causa disso em relação a outras câmaras municipais que o fizeram. Na verdade, afirmou, e cita-se “nunca houve uma época melhor para governar já que tudo se justifica com a *troika*”. -----

----- Continuou o senhor deputado Alexandre Pereira a sua intervenção, questionando o senhor Presidente do Município sobre os seguintes aspetos: se o Plano Municipal de Proteção Civil já está aprovado; como decorreu a reunião no Lindoso com o senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural; se não se estará a vulgarizar as atuações dos grupos musicais e ranchos folclóricos do concelho com tantas repetições devido ao apoio concedido pela autarquia para as atuações nas festas das freguesias e nas atividades realizadas pela Câmara Municipal, como a animação de verão, pois os grupos musicais e ranchos folclóricos são sempre os mesmos; questionou ainda a transparência e a equidade na atribuição de subsídios a várias entidades e instituições do concelho, nomeadamente ao Grupo Desportivo do Gerês. -----

----- A intervenção seguinte foi da senhora deputada Filomena Araújo que começou por colocar ao senhor Presidente da Câmara uma questão sobre as obras que a empresa CALANOR está a executar para o Município, pois o dono dessa empresa terá afirmado publicamente que há obras por pagar por parte da Câmara Municipal e, se assim é, quais são essas obras e o montante em dívida. A senhora deputada colocou ainda outra pergunta ao senhor Presidente da Câmara sobre a legalidade das alterações remuneratórias de alguns funcionários municipais realizadas em dois mil e dez e que recentemente viram o seu índice de vencimento repostos e se os mesmos terão de devolver as verbas que parecem ter recebido indevidamente. -----

----- Seguidamente, assumiu a palavra o senhor deputado António Cunha para agradecer, em primeiro lugar, a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal na inauguração da sua exposição de fotografia que está a decorrer nas instalações da EPATV, em Vila Verde. O senhor deputado prosseguiu a sua intervenção alertando para o estado lamentável da sinalética e dos próprios trilhos pedestres no concelho e de como isso pode prejudicar a imagem e a promoção do concelho. Seria necessário e urgente melhorar o atual estado das placas de sinalização dos respetivos trilhos, frisou. Concluiu a sua intervenção, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação do projeto do Parque da Vila. -----

----- Usou depois da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para se referir às reivindicações e aos receios dos turistas face ao pagamento das taxas para visitar o PNPG e de como a comunicação social contribuiu para a confusão sobre essa situação. Seria bom que fosse esclarecido rapidamente que não se paga para visitar e caminhar em muitas áreas do PNPG, já que corre uma ideia generalizada e prejudicial para a afluência de turistas. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga sugeriu, inclusive, uma campanha de divulgação no sentido de esclarecer as pessoas sobre o assunto referido, salientando o papel que a ADERE-PG deveria ter também nestes esclarecimentos. -----

----- De seguida, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente do Município aos senhores deputados, não sem antes agradecer à Junta de Freguesia de Chorense a forma como acolheu e preparou esta sessão da Assembleia Municipal e cumprimentar todos os presentes. -----

----- Ainda antes de se referir às intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que a EPATV está empenhada na criação de uma Faculdade de Ciências Gastronómicas e que a exploração do café e da galeria dos miliários na Portela do Homem já foi concessionada ao senhor Jorge Carvalho de Vilar da Veiga, por duzentos e setenta e cinco euros por mês. -----

----- Quanto à intervenção inicial do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara afirmou que, na verdade, desde o passado mês de março

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

que o QREN está em revisão pelo governo e, por isso, não há possibilidade de apresentar novas candidaturas e muitas candidaturas já aprovadas estão suspensas para análise. Segundo o governo, esta revisão do QREN possibilitará os fundos necessários para a concretização de programas de apoio a jovens licenciados desempregados. Também é verdade, frisou o senhor Presidente da Câmara Municipal, que devido a esta situação o Parque da Vila, que estava aprovado pelo ON2, está em reapreciação pelo governo devido à sua baixa taxa de execução, o que se lamenta. Neste momento há apenas a decisão dos gestores do ON2 para que o projeto do Parque da Vila se mantenha aprovado e aguarda-se a decisão do governo sobre esta e outras matérias relativas ao QREN. Sobre a Lei dos Compromissos, o senhor presidente da Câmara referiu que há realmente muitas dificuldades administrativas em lidar com as exigências dessa lei, já que a par da obrigatória verificação e confirmação de fundos disponíveis sempre que está prevista uma despesa, há todo um processo burocrático que complica e de que maneira a gestão financeira do Município. O objetivo do governo é, sem dúvida, obrigar as autarquias a reduzir as dívidas a curto prazo, utilizando um método que, comprovadamente, limita a autonomia das autarquias e demonstra desconfiança na capacidade dos autarcas para gerirem financeiramente os seus municípios e as suas freguesias, uma vez que esta lei também se aplica às Juntas de Freguesia (e aplica-se a toda a administração pública). O senhor Presidente da Câmara referiu-se depois à existência do memorando entre o Governo e a ANMP para a concessão de apoios financeiros, ou seja, a criação de uma linha de crédito para os municípios com dificuldades económicas (Programa de Apoio à Economia Local), mas, sublinhou, quem recorrer a essa linha de crédito terá uma série de obrigações que serão incomportáveis para os munícipes, como por exemplo, a obrigação de alterar as taxas municipais (consumo de água, derrama, IMI, etc.) para o seu valor máximo previsto na lei, a obrigatoriedade de aplicar todas as coimas, etc. Segundo o senhor Presidente da Câmara, o governo está disponível para ajudar as autarquias que estão em difícil situação financeira, mas, na prática, exige dos munícipes o pagamento desses apoios, o que é de todo injusto, pois os munícipes não são responsáveis pela gestão das suas autarquias. Ainda bem, concluiu o senhor Presidente, que a Câmara Municipal

de Terras de Bouro não precisa de recorrer aos apoios financeiros que o governo irá disponibilizar. -----

----- Respondendo agora às intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Câmara começou por comentar as palavras do senhor deputado Alexandre Pereira sobre o endividamento das autarquias para a execução de obras públicas. O senhor deputado considera positivo o endividamento das autarquias para poderem investir em obras e aquelas autarquias que não recorreram ao crédito, como é o caso da autarquia de Terras de Bouro, saem agora prejudicadas em relação a outras que o fizeram. O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que concorda em parte com a opinião do senhor deputado Alexandre Pereira, mas não deixa de ser verdade que há muitos municípios que investiram cegamente em obras que agora não são úteis ou estão encerradas. Há sempre um risco no investimento e no momento atual esse risco tem de ser muito ponderado. De seguida, o senhor Presidente informou o senhor deputado que o Plano Municipal de Proteção Civil já está elaborado e aprovado. No que diz respeito à reunião com o senhor Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Engenheiro Daniel Campelo, os municípios “veem com bons olhos” a sua inclusão na gestão do PNPG, mas o Governo e o ICNB querem também que os municípios assumam despesas com essa gestão sem estarem garantidos os apoios financeiros do governo e linhas de financiamento no âmbito do QREN para não sobrecarregar ainda mais as finanças das câmaras municipais da área do PNPG. Na mesma reunião com o senhor Secretário de Estado Eng. Daniel Campelo, foi abordada a gestão dos baldios e houve quem fosse da opinião que tal gestão deveria ser da competência das câmaras municipais. Tal opinião não foi nem será partilhada pelo Presidente da Câmara de Terras de Bouro devido aos direitos das populações locais e à complexidade dessa gestão, salientou o senhor Presidente. Quanto a outra questão colocada pelo senhor deputado Alexandre Pereira, se não se estará a vulgarizar as atuações dos grupos musicais e ranchos folclóricos do concelho com tantas repetições, o senhor Presidente da Câmara concorda que existe esse risco mas, com esta medida de apoiar financeiramente as atuações dos ranchos e grupos musicais do concelho, o

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

dinheiro fica nas instituições e associações do concelho o que é deveras importante e útil, pois deste modo a autarquia não tem necessidade de subsidiar com frequência essas instituições e associações. -----

---- Sobre este último aspeto, e para não se repetirem e vulgarizarem as atuações dos grupos musicais do concelho, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para afirmar que seria interessante tentar um intercâmbio cultural com as autarquias vizinhas, pois assim aumentaria significativamente a oferta de grupos e ranchos folclóricos. -----

---- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra para abordar o assunto colocado pelo senhor deputado Alexandre Pereira sobre a transparência e a equidade na atribuição de subsídios às entidades e instituições do concelho, nomeadamente ao Grupo Desportivo do Gerês. O senhor Presidente referiu que o executivo municipal procura ser transparente e justo na atribuição de subsídios, mas reconhece que é um dos aspetos mais sensíveis e por vezes polémicos na gestão do orçamento municipal. Acrescentou que a conjuntura atual de crise obriga à contenção de despesas e, por isso, os subsídios e apoios financeiros às coletividades desportivas serão revistos e reduzidos significativamente (cerca de vinte e cinco por cento) já na próxima época desportiva, com início no mês de Agosto. -----

---- Sobre a intervenção da senhora deputada Filomena Araújo, o senhor Presidente da Câmara respondeu que as obras de construção de redes de água e de saneamento que o Município tem de pagar à empresa CALANOR são as que estão em curso em Ervedeiros, na freguesia de Carvalheira, mas como estão em curso ainda não foram vistoriadas e faturadas, por isso não se consideram em dívida, e faltam pagar a essa empresa cerca de trezentos mil euros relativos a obras de saneamento e de abastecimento de água em Rio Caldo (Seara e S. Pedro) e em Vilar, dívida que será liquidada dentro dos prazos previstos na Lei dos Compromissos. O senhor Presidente sublinhou a relevância das referidas intervenções na melhoria da qualidade de vida dos munícipes e destacou o esforço financeiro do Município pois são obras fundamentais que não têm acesso a fundos comunitários. Relativamente às alterações remuneratórias de alguns funcionários municipais realizadas em dois mil e dez e que

recentemente viram o seu índice de vencimento repostos, o senhor Presidente confirmou esta situação que resultou de pedidos de esclarecimento por parte da Câmara Municipal sobre a lei da mobilidade interna. Se as verbas recebidas indevidamente pelos funcionários tiverem de ser repostas, logo se verá quais as soluções para este problema. -----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado António Cunha, o senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para elogiar e agradecer a este deputado a sua exposição de fotografias sobre o concelho de Terras de Bouro, que está em curso na EPATV, em Vila Verde, e garantiu que essa exposição, se o autor autorizar, estará exposta em Terras de Bouro durante os próximos meses de agosto e setembro. Relativamente à limpeza, sinalética e manutenção dos trilhos pedestres é algo que o preocupa, como é lógico, mas é preciso ter noção da despesa elevada que isso acarreta. Já foram apresentadas candidaturas aos fundos comunitários para esse fim mas sem sucesso. Assim, a manutenção dos trilhos, de enorme importância para o concelho, será feita dentro das possibilidades do Município, com os funcionários municipais, garantiu o senhor Presidente da Câmara. -----

----- Sobre este assunto, o senhor deputado Américo Pereira pediu a palavra para referir que a questão da sinalética não será difícil de resolver, basta pintar ou consertar algumas placas de sinalização. -----

----- Retomando o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal abordou a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, tendo manifestado a sua concordância com a necessidade de esclarecer as pessoas sobre as taxas e os locais que continuam abertos a visitas livres e gratuitas nas áreas do PNPG. A Câmara Municipal empenhar-se-á nessa divulgação pública e apelará a outras instituições, como a ADERE-PG, que façam o mesmo. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não se verificando nenhum pedido de intervenção. -----

----- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de seguida nos pontos da Ordem de Trabalhos, onde constavam, depois da inclusão de um novo ponto já no dia desta sessão, os seguintes itens: -----

1. **Apreciação da Atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de Setembro;** -----
2. **Análise e votação de alteração ao Mapa de Pessoal;** -----
3. **Análise e deliberação sobre Proposta de dispensa de autorização genérica prévia para despesas plurianuais inferiores a cem mil euros;** -----
4. **Análise e deliberação sobre o Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Terras de Bouro;** -----
5. **Análise e deliberação sobre o Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas do Município de Terras de Bouro;** -----
6. **Análise e deliberação sobre o Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Afixação e Inscrição de Publicidade do Município de Terras de Bouro;** -----
7. **Análise e deliberação sobre o Regulamento de Feiras do Município de Terras de Bouro;** -----
8. **Análise e deliberação sobre o Regulamento da Instalação e Modificação dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, de Comércio de Bens, de Prestação de Serviços ou de Armazenamento do Município de Terras de Bouro;** -----
9. **Análise e deliberação sobre o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação;** -----
10. **Análise e deliberação sobre o Regulamento Municipal da Venda Ambulante;**
11. **Análise e deliberação sobre o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Terras de Bouro;** -----
12. **Análise e deliberação sobre o Regulamento**

13. **Análise e deliberação sobre o Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Terras de Bouro;** -----
14. **Análise e deliberação sobre Proposta de Alteração do Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Terras de Bouro;** -----
15. **Apreciação e discussão da nova Reforma Administrativa - Lei número vinte e dois de dois mil e doze de trinta de maio - (Novo regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica).** -----
16. **Apresentação de um *Voto de Pesar* pelo falecimento do senhor João Gonçalves de Oliveira, pai do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês.** -----

----- Para dar início aos assuntos da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e após a devida apresentação dos pontos por parte do senhor primeiro secretário, senhor Avelino Soares, deu então a palavra ao senhor Presidente do Município que começou, na exposição e consideração habitual do primeiro ponto, por efetuar a apresentação da situação económica e financeira do município, referindo o montante da receita e da despesa até ao dia 22 de junho, valores que constam da documentação contabilística fornecida e anexa a esta reunião. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Câmara procedeu também à apresentação das atividades do Município realizadas entre o dia vinte e sete de abril e o dia desta sessão, no que diz respeito às diversas divisões, nomeadamente à Divisão da Cultura e Desporto, à Divisão dos Serviços Urbanos e Ambiente, à Divisão de Obras Municipais e à Divisão de Planeamento e Urbanismo. Nesta última, frisou a conclusão, por parte da Câmara Municipal, do processo de revisão do PDM, restando agora o parecer das diversas entidades. -----

----- Sobre este primeiro ponto, pediu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira para questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a situação da casa mortuária de Vilar da Veiga (Pereiró) já que estavam previstas obras de requalificação para este ano e ainda nada foi feito. -----

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou de imediato a palavra para responder ao senhor deputado Alexandre Pereira, tendo afirmado que, por vezes, as previsões e intenções de realização de obras, pelos mais variados fatores e imprevistos, não se confirmam e a verdade é que, devido aos encargos financeiros atuais do município, as obras de requalificação da casa mortuária de Pereiró estão condicionadas, com a agravante de que essas obras são bastante dispendiosas, pois dizem respeito à reformulação do edifício e aos arranjos exteriores necessários a essa reformulação. No entanto, o senhor Presidente da Câmara manifestou o seu empenho na concretização dessas obras logo que seja possível. -----

----- Dando cumprimento ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Câmara esclareceu a necessidade de alterar o mapa de pessoal no âmbito dos técnicos superiores, que não implicará a admissão de mais funcionários, mas apenas a colocação de técnicos responsáveis por diversos serviços municipais, como o Arquivo Municipal, os Museus, a Gestão da Qualidade e a criação de gabinetes em diversas áreas, salientando o esforço dos funcionários que conseguiram obter uma licenciatura e tudo têm feito para aumentar a qualidade e a competências dos serviços municipais. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o senhor deputado Alberto Casimiro Gonçalves para realçar a legitimidade das pretensões das pessoas em causa, até pelo esforço das mesmas e pela justiça da gestão dos recursos municipais, mas salientou as consequências financeiras desta medida que trará custos acrescidos para o orçamento da Câmara Municipal e, por isso, estas aparentes promoções de funcionários terão que, obviamente, ser muito bem ponderadas. -----

----- Sobre este assunto interveio também o senhor deputado Américo Pereira para sublinhar que na sessão anterior deste órgão autárquico este assunto foi analisado e tinha sido dada anuência ao senhor Presidente da Câmara para avançar com esta proposta de abertura de vagas para técnicos superiores. Além disso, como já referiu na sessão anterior, o esforço de muitos funcionários que conseguiram obter licenciaturas aumenta a qualidade dos serviços municipais. Se o orçamento municipal tem folga

para enquadrar estas vagas para técnicos superiores, não há razões para impedir a valorização profissional de alguns funcionários municipais que, na verdade, estão a desempenhar cargos da competência de técnicos superiores, como a gestão dos museus, do arquivo municipal, da qualidade dos serviços municipais, e estão na carreira de assistentes técnicos, o que nem sequer é legal. -----

----- De igual forma, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês usou da palavra para dizer que considera importante os incentivos aos funcionários para o bom funcionamento de uma “máquina laboral” como a Câmara Municipal. -----

----- De seguida, os membros da Assembleia Municipal aprovaram por unanimidade o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- Posteriormente, e já no terceiro ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Câmara abordou a necessidade da apresentação à Assembleia Municipal de uma proposta de dispensa de autorização prévia deste órgão para despesas plurianuais inferiores a cem mil euros. Segundo o senhor Presidente da Câmara, e de acordo com a Lei dos Compromissos, todas as despesas plurianuais não previstas nos documentos previsionais têm de ter autorização da Assembleia Municipal. Com esta proposta pretende-se que a Assembleia Municipal dispensa o Executivo Municipal do pedido de autorização prévia de despesas inferiores a cem mil euros, despesa plurianuais como a contratação de seguros, os apoios plurianuais a instituições e coletividades, etc. -----

----- Colocado à votação e visto não existirem pedidos de intervenção, o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou logo depois à consideração o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, retomando também a palavra o senhor Presidente da Câmara para informar sobre a necessidade de regulamentação legal nesta matéria, assim como nos regulamentos que se seguem. -----

----- No período de inscrições do quarto ponto, o senhor deputado Alexandre Pereira interveio então para questionar se existe algum controle sobre os horários de

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do concelho de Terras de Bouro. -----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que não existe controle municipal sobre os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e que esse controle é mais da responsabilidade da GNR. -----

----- Colocado então à votação, o quarto ponto da Ordem de Trabalhos foi também aprovado por unanimidade. -----

---- Seguiu-se a apresentação do quinto ponto com o senhor Presidente da Câmara Municipal a fundamentar o mesmo com a necessidade de regulamentar e taxar atividades tão diversas como um acampamento ocasional ou a emissão de uma licença para uma máquina de diversão. -----

---- Sobre este ponto pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, querendo saber se para um amigo seu realizar um acampamento ocasional num terreno privado, necessita de uma licença municipal. -----

---- O senhor Presidente da Câmara respondeu de imediato que tal licença é necessária. -----

---- Colocado então à votação, o quinto ponto da Ordem de Trabalhos foi também aprovado por unanimidade. -----

----- De seguida foram apresentados os pontos seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze da ordem de trabalhos, todos no que concerne à respetiva implementação dos referidos regulamentos que não existiam no município, sendo que, sem intervenções dos senhores deputados e colocados, individualmente, à votação, foram todos aprovados por unanimidade. -----

----- Relativamente ao décimo quarto ponto da ordem de trabalhos e depois de apresentado, uma vez mais, pelo senhor primeiro secretário, senhor Avelino Soares, o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou os seguintes esclarecimentos: até aqui existiam procedimentos ou atividades que ou não eram penalizados, ou se quisermos, taxados, como o atraso ou a falha prolongada na entrega de documentos relativos a processos de obras e que agora passam a ter prazos e penalizações por incumprimento desses prazos; de igual forma a atribuição de uma nova licença de táxi,

questão nem sempre pacífica face às licenças existentes e à dimensão do concelho, aumenta de cem para vinte mil euros e outro exemplo a taxação de depósitos de madeira nos sobrantes das estradas. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o ponto catorze, assumiu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para comunicar a sua discordância sobre os novos valores das licenças de táxi, já que constitui um forte fator de inibição para a implementação de novos empresários do ramo e para a sua freguesia, que até precisa de um serviço de táxi, não é benéfica esta alteração, ressaltando, inclusive, que há até uma pessoa interessada em efetuar esse serviço e que agora poderá ficar condicionado por esta medida. -----

----- Colocado então à votação, o décimo quarto ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria, com a abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês. -----

----- De seguida deu-se início à discussão do décimo quinto ponto da ordem de trabalhos, assumindo novamente a palavra o senhor Presidente da Câmara para explicar os imperativos da Lei número vinte e dois de dois mil e doze, de trinta de maio, que vem implementar o novo regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica do nosso país. No caso do concelho de Terras de Bouro, sublinhou, é certo que, face às novas diretrizes da legislação, três freguesias terão que se agregar a outras maiores porque têm menos de cento e cinquenta habitantes, segundos os sensos de dois mil e onze, que são as freguesias de Brufe, Santa Isabel do Monte e Vilar. O número de freguesias a agregar poderá ser de quatro no concelho de Terras de Bouro se esta Assembleia Municipal não se pronunciar. Assim e porque há uma freguesia que não terá de se agregar a outra se a Assembleia Municipal apresentar uma proposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a esta Assembleia Municipal essa situação para ser decidida na próxima sessão. Também é certo, continuou, que as freguesias abrangidas pelos critérios de agregação previstos na lei devem, em Assembleia de Freguesia, dar conhecimento da situação e elaborar um documento sobre esta matéria. -----

Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves

----- Abertas as inscrições, interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês que começou por dizer que e cita-se “cabera a esta Assembleia uma tomada de posição que não arraste ou faça cair a sua freguesia num buraco”, fim de citação, alertando para a consciência de cada membro desta Assembleia e para a importância de uma tomada de posição que permita à sua freguesia continuar sem se agregar a qualquer outra. Além disso, o Campo do Gerês tem um desenvolvimento notável ao nível dos serviços e da oferta turística e a agregação só irá contribuir para fazer regredir a sua freguesia, sublinhou. -----

----- A intervenção seguinte coube ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Gonçalves, para se referir à existência de uma comissão no âmbito da Assembleia Municipal que já se reuniu sobre esta matéria e que poderia ser agora reativada para assumir a apresentação da pretendida proposta. -----

----- De seguida interveio também a senhora deputada Elisa Lameira Antunes para frisar que as freguesias em causa têm que reunir e definir com quem se querem agregar. -----

----- Igual opinião manifestou logo depois o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira, pois já que há seis freguesias implicadas no processo de agregação, as próprias poderão, desde já, assumir a agregação pretendida e simplificar o processo, concluiu. -

----- A intervenção seguinte coube ao senhor deputado Alexandre Pereira que alertou para o facto de esta Assembleia não poder falar pelas populações e de como seria oportuno ter muito cuidado para gerir as sensibilidades dessas mesmas populações. Segundo este deputado, devem ser as populações a pronunciarem-se sobre esta matéria e não a Assembleia Municipal. -----

----- Assumindo por fim a palavra sobre este assunto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu então que a responsabilidade da apresentação da proposta para a agregação de freguesias recaísse sobre os membros da Mesa que, em conjunto com o senhor Presidente da Câmara Municipal e as freguesias implicadas neste processo, tudo farão para encontrar o consenso possível. Esta sugestão foi aceite por maioria, face à ausência momentânea da sessão do senhor Deputado Alexandre Pereira, como ficou registado posteriormente, ficando assim definida a apresentação

da proposta sobre a Lei número vinte e dois de dois mil e doze, de trinta de maio (novo regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica) para a próxima sessão desta Assembleia Municipal. -----

----- Sendo já zero horas e trinta minutos do dia trinta de junho, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Ricardo Manuel Ferreira Fernandes

O Secretário

Rafael Augusto Gonçalves